Rainhas e cultura escrita em Portugal (séculos XV-XVI)

Isabel dos Guimarães Sá

Um autor português respondeu da seguinte forma a uma mulher que pretendia aprender a ler, em carta datada de Lisboa a 3 de abril de 1570:

> Senhora:
> Agora me deram um recado da parte de vossa mercê, em que me pedia lhe mandasse um abc, feito de minha mão, que queria aprender a ler, porque se acha triste quando vê senhoras da sua qualidade que, na Igreja, rezam por livros e ela não. Verdadeiramente folgo que deseja saber ler para rezar, que é bom. Porém, já que não o aprendeu na meninice, em casa do senhor seu pai, com seus irmãos, deve agora contentar-se com as contas, pois não sabe ler. E por elas rezando muitas vezes a Saudação Angélica, que o Anjo disse à Virgem Nossa Senhora, e a oração do Padre Nosso, que Cristo, Nosso Senhor, ensinou a seus Discípulos, é tão bom e basta tanto, que não há mais que desejar nem melhores orações que rezar. E, certo, estas têm vantagens a todas. Vossa mercê deve usar delas e deixar o desejo de saber ler, pois já é casada e passa de vinte anos de idade. Porém, se este conselho não lhe parecer bom, ou, ainda que o é, se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo, fazendo o que me pede, lhe mando aqui, com esta, um Abc que vossa mercê aprenda de cor e, sabido levemente, com a ajuda de Deus aprenderá o mais que lhe for necessário.
>
> O qual é que o *A* quer dizer que seja Amiga da sua casa. E o *B* Benquista da vizinhança. E o *C*, Caridosa com os pobres. E o *D*, Devota da virgem. E o *E*, Entendida em seu oficio. E o *F*, Firme na Fé. E o *G*, Guardosa de sua fazenda. E o *H*, Humilde a seu marido. E o *I*, Inimiga de mexericos. E o *L*, Leal. E o *M*, Mansa. E o *N*, Nobre. E o *O*, Onesta. E o *P*, Prudente. E o *Q*, Quieta. E o *R*, Regrada. E o *S*, Sisuda. E o *T*, Trabalhadeira. E o *V*, Virtuosa. E o *X*, Xã. E o *Z*, Zelosa da honra. E quanto tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique próprio, creia que sabe mais letras que todos os filósofos.

(Gonçalo Fernandes Trancoso, *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, ed. de Cristina Nobre, Leiria, Magno, 2003, p. 147-148.)

Não obstante o inconveniente de constituir uma citação demasiado longa no contexto do presente trabalho, a carta expressa de forma eloquente a relação ambígua dos homens face à literacia feminina, tanto mais que é da autoria de um autor que se supõe ter exercido a profissão de mestre de letras. Revela um tratamento diferencial da instrução das mulheres, susceptível de diminuir o acesso destas à palavra escrita, tornando-o inferior ao dos homens, que os próprios dados sobre literacia feminina confirmam[1]. Embora esta última tivesse os seus adeptos e adeptas, o facto é que o número de mulheres que liam e escreviam era em muito inferior ao dos homens. No geral, as primeiras não eram supostas desenvolver grandes capacidades de literacia; no entanto, essa regra não se aplicava a rainhas, princesas, e fidalgas de primeira grandeza, por razões que adiante trataremos. Desde o século XV que a *devotio moderna* colocara a tónica numa relação íntima com os textos sagrados. Várias obras, ainda que surgidas nos séculos anteriores, conheceram então enorme difusão, ensinando a homens e mulheres o caminho da salvação através da imitação de Cristo e da devoção à Virgem. Algumas delas, como veremos, exerceram um fascínio especial em mulheres da realeza portuguesa.

Um fragmento de um retábulo de Rogier Van der Weyden, datado dos anos 1430-1440, representa Santa Maria Madalena a ler, sentada num banco baixo, vestida de verde[2]. Talvez seja uma das primeiras representações do tema, que será corrente na arte europeia, sobretudo nas zonas católicas, onde Madalena aparece invariavelmente a ler ou a chorar. Mais tarde, por um deslocamento iconográfico pleno de sentido, Maria Madalena será representada escrevendo a uma mesa, sempre com o seu frasco de perfume por perto[3]. As mulheres

1 As taxas de alfabetização das mulheres são manifestamente inferiores às dos homens (CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). *História da Vida Privada*. Vol. 3, Porto: Afrontamento, 1990, p. 114-115 e 117). A relação controversa dos homens com a escrita feminina é abordada por LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. *In*: MATTOSO José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa:Círculo dos Leitores, 2011, p. 355-358.

2 Disponível em: <http://www.nationalgallery.org.uk/paintings/rogier-van-der-weyden-the-magdalen-reading>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

3 Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Master_of_Female_Half-

representadas pertencem sempre à aristocracia europeia, e há uma projeção óbvia na forma como se representa uma espiritualidade ideal feminina na figura da santa.

As implicações dessa iconologia são vastas: Maria Madalena não lê como recreio, mas como penitência; de resto, como referimos, outro dos temas recorrentes da iconografia dessa santa é o pranto. No caso da pintura de Van der Weyden atrás referida, o seu livro está envolto num pano branco, o que reforça o seu caráter de objecto sacro, separado fisicamente da pecadora que o segura nas mãos, folheando-o. Para muitas rainhas que abordaremos, a relação com a leitura começou com as suas necessidades devocionais e decorreu dessas últimas. Essas mulheres tinham analogias com Madalena, porque, tal como ela, eram supostas ter experiência sexual, uma vez que esta era indispensável à procriação, a sua principal função no seio das casas aristocráticas e reais, numa época em que a castidade era uma das virtudes mais valorizadas.

Não se pense, no entanto, que leitura e escrita eram usadas apenas no culto religioso; essas mulheres deviam, tal como os homens, estar preparadas para acompanhar o governo das suas casas. Mas só em caso de ausência dos maridos as capacidades de leitura e escrita passariam a ser utilizadas noutras funções, como a administração de senhorios ou até governo de reinos. Não era, no entanto, um deslocamento excepcional: essas mulheres eram pensadas desde a infância como potenciais substitutas dos homens, em última instância, esgotadas que estivessem todas as hipóteses masculinas. E foram-no muitas vezes, por ausência dos maridos ou por viuvez, na menoridade dos filhos ou netos. Se tomarmos como exemplo a dinastia de Avis, verificamos que, em oito rainhas, três foram regentes em períodos mais ou menos longos, por vezes cruciais[4].

---

length_-_Saint_Mary_Magdalene_at_her_writing_desk_-_16th_c.jpg>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

4 Casos de Leonor de Aragão, Leonor de Lencastre e Catarina de Áustria. Cf. RODRIGUES, Ana Maria S.A.. *As tristes rainhas. Leonor de Aragão – Isabel de Castela.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 174-211; SÁ, Isabel dos Guimarães. *De princesa a rainha-velha. D. Leonor de Lencastre.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 44, 178-181; BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria, infanta de Tordesilhas rainha de Portugal,* Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 330 e seguintes.

É ponto assente que recebiam a melhor das educações em contexto doméstico, tal como os seus pares do sexo masculino. No entanto, ao contrário destes últimos, cujos instrutores são conhecidos através das crónicas e nomeados nas fontes administrativas das cortes, não se conhecem os nomes dos professores ou professoras dessas mulheres[5]. Enquanto o ensino dos meninos na corte era entregue a preceptores que se ocupavam de um grupo de rapazes, a aprendizagem das mulheres, embora também doméstica, é menos conhecida dos historiadores. Não se tratava, no entanto, de um ensino misto, sendo as raparigas no geral separadas dos rapazes; na corte portuguesa, a regra era uma estrita separação entre os espaços femininos e masculinos[6]. A iconografia de S. Ana ensinando a Virgem a ler sugere que seriam as mães a ensinar as filhas em contexto doméstico[7]. Esse tema iconográfico encontra-se no norte da Europa desde o século XIV até a Reforma e nas áreas católicas foi popular até aos nossos dias. No que às princesas da corte portuguesa diz respeito, é pouco provável que fossem as mães a ensiná-las; parecem ter por vezes partilhado os preceptores dos irmãos, ou, em casos mais documentados, terem tido como mestras elementos do séquito feminino das rainhas. Um caso conhecido em Portugal é o da infanta D. Maria, única filha sobrevivente do terceiro casamento de D. Manuel I, cuja dama e mestra de latim Luísa Sigeia (1522-1560) é uma figura importante das letras do Renascimento[8].

Para as mulheres da realeza e suas parentes, a educação literária passava por saber latim. Era a língua de muitos livros de devoção, antes de serem objecto de

---

5 MATOS, Luís de. O Ensino na Corte durante a Dinastia de Avis. *O Humanismo português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional. 21-25 Outubro de 1985*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988, p. 499-592.

6 SÁ, Isabel dos Guimarães. O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo. *In*: BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO David. (coord.). *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 197-199.

7 SHEINGORN, Pamela. "The Wise Mother": The Image of St. Anne teaching the Virgin Mary. *Gesta*. vol. 32 (1), 1993, p. 69-80.

8 RAMALHO, Américo da Costa. A propósito de Luísa Sigea. *Estudos sobre o século XVI*, Lisboa, INCM, 1982, p. 185-197. VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *A infanta D. Maria de Portugal e as suas damas (1521-1577)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977.

traduções, que em seguida examinaremos; era também útil ao exercício do poder, para comunicar com outros monarcas e, sobretudo, com a Igreja de Roma, na época ainda uma potência diplomática cujo arbítrio era fundamental para regular questões internacionais, bem como para resolver assuntos do foro eclesiástico e espiritual. Bulas e indulgências, frequentemente pedidas pelas próprias rainhas, eram escritas em latim. O humanista siciliano Cataldo, ao serviço de D. João II, em oração solene proferida quando da entrada da princesa Isabel em Évora, onde casaria com o príncipe D. Afonso, gabou os dotes da mãe do noivo, a rainha D. Leonor (1458-1525) nos seguintes moldes: "É tão grande a força do seu engenho tanto para interpretar como para ler os volumes das páginas sagradas e da língua latina, que se pensa ser, não leitora ou intérprete, mas mestra de intérpretes e leitores de obras"[9].

No entanto, nem todas as mulheres, mesmo de estirpe elevada, podiam ler latim. Como veremos em seguida, o papel das rainhas e princesas da dinastia de Avis manifesta-se em grande medida nas traduções de obras devocionais que mandaram verter para "linguagem", ou seja, para português. As rainhas constituíram poderosas agentes de transferências culturais, neste caso relativas à esfera devocional. O facto de serem muitas vezes exteriores ao reino tornava-as veículos de tradições diferentes das portuguesas, ou divulgadoras de novidades no campo religioso. No século XIV, Isabel de Aragão (1271-1336), mulher do rei D. Dinis, trouxe para Portugal a espiritualidade do seu reino de origem, marcada pela influência do franciscanismo radical. Tal como a sua tia, santa Isabel da Hungria (1207-1231), também devota dos mendicantes, a rainha fez da caridade um componente essencial das suas práticas de devoção. Viria a ser canonizada em 1625; no entanto, desconhecemos as suas leituras devocionais, porque não temos referência aos livros que possuiu[10].

Cem anos mais tarde, o contexto de difusão de ideias e comportamentos religiosos será marcadamente o do livro manuscrito, e depois impresso, com duas obras marcantes: a *Vita Christi*, de Ludolfo de Saxónia, e o *Livro das Três Virtudes*, de Christine de Pizan[11].

---

9 SÍCULO, Cataldo Parísio. *Duas Orações*. Edição de M. Margarida Brandão da Silva e Américo da Costa Carvalho. Coimbra: 1974, p. 59.

10 ANDRADE, Maria Filomena. *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 193.

11 No catálogo da *Bibliothèque Nationale de France* o nome dessa autora aparece com *z*

O primeiro, redigido entre 1348-1368 por Ludolfo da Saxónia, monge cartuxo, teve as suas primeiras versões impressas em Paris e Colónia em 1472. Embora ao mesmo tempo que a Catalunha, Portugal foi dos primeiros reinos a traduzir a obra, aparecendo já um fragmento desta no *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte[12]. Viria a constituir a obra de referência da *Devotio Moderna*, uma vez que propunha uma metodologia de meditação baseada na exegese do Novo Testamento, e se propiciava a alimentar a espiritualidade de devotos sem profissão religiosa[13]. Ora, duas figuras femininas da família real aparecem ligadas à difusão da obra em Portugal: a rainha Leonor de Lencastre (1458-1525), que a mandou publicar a expensas suas em 1518, sobre tradução inicialmente mandada elaborar por Isabel de Urgel (1409-1459), mulher do regente D. Pedro e duquesa de Coimbra[14]. No entanto, cabe frisar que as mulheres não eram as únicas envolvidas na tradução e difusão desse tipo de obras. Em primeiro lugar, os homens manifestavam o mesmo tipo de preocupações (de que é justo exemplo o rei D. Duarte); por outro lado, vários monges e frades surgem ligados aos trabalhos de transcrição e tradução dos textos, sendo por vezes difícil de identificar e precisar os seus contributos[15]. Mas trata-se de uma tradução e publicação em sincronia com outras que foram aparecendo na mesma época, a que se acrescenta a intenção provável de que a obra em vernáculo, para além da clara vontade de difundir o seu conteúdo a leitores ignorantes do latim, se inscrevesse também num plano de conversão que incluía os territórios da expansão, adicionado à intenção de converter os judeus[16]. Voltaremos a este último tema.

---

ou *s*, pelo que uniformizamos, por uma questão de consistência, para *Pizan,* muito embora respeitando a grafia das referências bibliográficas em que tal não acontece.

12 Sobre a difusão dessa obra em Portugal, veja-se, em especial, o trabalho de SILVA, Elsa Maria Branco da. *A fortuna da Vita Christi no Medievo em Portugal: pensar a espiritualidade à luz da tradução*. Coimbra: Alma Azul, 2006.

13 SILVA. *A fortuna da Vita Christi, op.cit.*, p. 13. A autora chama a atenção para o facto de a obra ter influenciado os "exercícios espirituais" de Inácio de Loiola; note-se ainda que se continua a publicar nos tempos atuais.

14 *Ibidem,* p. 601.

15 Sobre a complexidade que envolve reconstituir esses processos, leia-se, em especial, AIRES, A. do Nascimento. A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em "serviço de Nosso Senhor e proveito comum". *Didaskalia*, vol. 29, p. 563-587, 1999.

16 SILVA. *A fortuna da Vita Christi, op.cit.*, p. 615, 825-826.

A segunda obra, *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, foi redigida mais tarde, ao que tudo indica entre 1404 e muito antes de 1415[17]. A autora, Christine de Pizan (1364?-1431?), foi a primeira mulher profissional da escrita na Europa e é célebre entre os historiadores[18]. Também no que diz respeito à divulgação dessa obra em Portugal, encontramos mulheres da família real portuguesa: três, para sermos precisas. A primeira é Isabel de Avis (1397-1471), filha de D. João I e de Filipa de Lencastre, duquesa de Borgonha pelo seu casamento em 1430 com o duque Filipe III da Borgonha (Filipe, o Bom). Este, por sua vez, era irmão de Margarida, duquesa de Guiana, a quem Pizan dedicara o livro; existem manuscritos da época em que Isabel foi duquesa de Borgonha, e tudo leva a crer que foi uma das grandes divulgadoras da obra[19]. A segunda, a rainha D. Isabel de Coimbra (1432-1455), primeira mulher de Afonso V, que a mandou traduzir; finalmente, a terceira, a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, fê-la publicar em 1518[20].

A importância da obra no quadro da devoção régia feminina não se limita à sua divulgação e patrocínio; em boa verdade, o *Livro das Três Virtudes* constituía um verdadeiro manual de princesas, à semelhança dos seus congéneres masculinos. Ou seja, Pizan propõe escolhas devocionais que constituem verdadeiros programas de vida. Em primeiro lugar, a escolha entre uma vida contemplativa e uma vida ativa. A primeira, considerada superior, era a de Maria Madalena, oposta à da sua irmã Marta; mais adiante, dir-se-á que a vida contemplativa dispensa a vida ativa, mas o contrário é impossível[21]. Ou seja, uma ressalva importante para quem, como as rainhas, tinha obrigações seculares, mas não se devia distanciar da espiritualidade contemplativa. A obra era explícita no que diz respeito à relação direta entre leitura e devoção:

---

17 No entender de Maria de Lurdes Crispim, que a estudou e editou. Cf. PIZAN, Christine de. *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*. Ed. Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002, p. 29.

18 Cf. PIZAN, Christine de. *The Book of the City of Ladies (Revised Edition)*. Earl Jeffrey Richards and Natalie Zemon Davis, New York, Persea Books, 1988.

19 Segundo CRISPIM, Lurdes (Pizan, *O Livro*, p. 30, 32 e 35).

20 *Ibidem*, p. 31 e 37.

21 *Ibidem*, 95, 122.

> Lerá de boamente livros d'ensinanças de bons costumes e devoção. E os que são de desonestidade, desamará de todo seu coração, e não os consentirá em sua casa, nem quererá que sua filha, nem mulher de sua casa os veja, ca não é dúvida que os exemplos de bem ou de mal trazem para si os corações dos que os ouvem. [22]

Pizan confirmava também a educação diferenciada entre rapazes e raparigas a que há pouco aludimos: o mestre teria cuidado de os fazer ler durante as horas *convenháveis* (convenientes) "de guisa que apraza a seu padre o saber de sua ciência, a qual coisa está muito bem aos filhos dos grandes homens", enquanto que a educação das meninas seria supervisionada de perto pelas mães:

> E quererá a princesa que, quando sua filha for de idade, que aprenda a ler e saiba suas Horas, desi livros de devoção, e que falem de bons costumes e não de coisas vãs nem dissolutas (nem somente sejam trazidos ante ela) porque os moços retêm qualquer coisa que ouvem, per natureza. *E assim a sisuda madre haverá cuidado da governança e doutrina de suas filhas.* E quanto mais forem crescendo, tanto mais as fará estar acerca de si, sempre em temor. E a sua sisuda e honesta maneira será exemplo às filhas dos outros de tomarem sua regra.[23]

Embora a boa princesa se devesse relacionar bem com todos, letrados, gente dos mesteres e povo, devia dar-se especialmente com os letrados e religiosos de maior confiança, favorecendo seus colégios e conventos[24]. Finalmente, fazia a apologia das regências femininas: os maridos deviam confiar o governo a suas mulheres, e não cometer a "sandice" de, "desconfiando do seu siso", não confiar nelas[25]. É sintomático que o seu tratado ocupe dois terços do texto com princesas para depois tratar das donas de quintas e, finalmente, das religiosas. Embora se propusesse ensinar todas as mulheres, é manifesto que as de condição popular se encontram ausentes do texto. Não por acaso.

---

22 *Ibidem,* 119.

23 Pizan, *O Livro, cit.*, citações nas p. 135 e 136 (sublinhado nosso).

24 *Ibidem,* p. 145 e 143.

25 *Ibidem,* p. 158.

É um facto que os livros constituíam apenas uma entre várias formas de devoção prescritas a essas mulheres aristocráticas, como por exemplo o jejum e a penitência, a oração, as missas, a liturgia das horas e a prática das obras de caridade. A importância de cada um desses elementos variava, como é evidente, consoante os tempos litúrgicos, a personalidade de cada princesa, as suas escolhas devocionais e mesmo as fases do ciclo de vida. No entanto, as exigências de leitura para a vida do espírito tiveram expressão, como não podia deixar de ser, na panóplia de objetos que rodeavam essas princesas. Uma gama de livros, embora os mais comuns fossem os livros de horas, esteve doravante sempre presente quer nos seus enxovais quer nos seus inventários de bens *ante* e *post mortem*[26]. A sua importância é fundamental, porque acompanhavam a devoção dessas princesas nas suas capelas e oratórios, ao mesmo tempo em que podiam ser objeto de notação, para fixar pequenos memorandos relacionados com eventos familiares (nascimentos, casamentos, mortes, etc.). Eram objetos preciosos, profusamente iluminados, com os quais são muitas vezes retratadas, que passaram a fazer parte dos enxovais das princesas europeias. A lista desses livros-tesouro seria extensa, uma vez que muitos sobreviveram até hoje[27]. Entre as mulheres portuguesas pertencentes à alta fidalguia, sabemos que Beatriz, duquesa de Beja (†1506), mãe de D. Manuel I, teve um no seu enxoval de casamento cujo registo é de 1445[28]. Da filha Leonor, rainha pelo seu casamento com D. João II, para além de um livro de horas que sabemos ter sido seu, cuja data de produção se compreende entre 1450 e

---

26 Sobre livros de horas, Eamon Duffy, *Marking the Hours: the English People and Their Prayers, 1240-1570*, New Haven, Yale University Press, 2006. Para os existentes em Portugal, cf. *Inventário dos Códices Iluminados até 1500. Inventário do Património Cultural Móvel*, coord. Isabel Vilares Cepeda e Teresa A. S. Duarte Ferreira, 2 vols., Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994. Ver, ainda, Maria Luísa Mendes André Coelho Frazão, *A iluminura renascentista do convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora. Livros de coro: 136, 137, 138 e 139*, 2 vols., diss. de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, p. 92 e segs.

27 Por exemplo, MARROW, James H. *As Horas de Margarida de Clèves*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 1995; García-Tejedor, Carlos Miranda. *Libro de Horas de Juana I de Castilla*. Barcelona: M. Moleiro Editor, 2005; SERRA, Maria Teresa Botelho Bandeira. *Dois Livros de Horas do Século XV da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*. 2 vols, diss. mestrado, Lisboa, UNL, 1998.

28 SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1947-1950, tomo I, livro III, p. 289-296.

1475, possuiu um breviário encomendado à oficina de Simon Bening em Bruges, por volta dos anos compreendidos entre 1500 e 1510[29]. Embora muitos deles estejam ligados a figuras femininas, não podemos, no entanto, circunscrever a sua posse e uso a mulheres, pois os homens também os detinham. E nem sempre eram reis ou príncipes: Álvaro da Costa, guarda-roupa de D. Manuel I, possuía dois belos exemplares, profusamente iluminados[30].

Nos livros de horas, as folhas de rosto representam geralmente as princesas encomendadoras. Embora fossem obras personalizadas, os seus retratos eram feitos de forma idealizada, mas obedeciam a uma matriz comum: havia oficinas de iluminadores no norte da Europa que produziam livros padronizados, realizando, ainda que em pequena escala, uma produção em série. Nesses retratos as suas possuidoras ajoelhavam em oração, tendo na mão o seu próprio livro de horas. Ou seja, as retratadas viam uma representação idealizada delas mesmas rezando no seu próprio livro de orações, fornecendo-lhes um poderoso instrumento de construção de autoimagem[31]. O caso mais interessante é o livro de horas de Maria da Borgonha (uma das mulheres do imperador Maximiliano, mãe de Filipe, o Belo, e Margarida de Áustria) que abre com uma imagem da princesa segurando um livro de horas, à janela de um aposento com acesso visual direto para a nave de uma igreja.

A devoção das rainhas era, antes de mais, performativa; elas procuravam ser o exemplo a seguir por todas as mulheres, independentemente da sua condição social, embora tendessem a considerar, sobretudo, as pertencentes ao meio cortesão, à semelhança do que fizera Christine de Pizan ao colocar em primeiro lugar as princesas, depois as donas de quintas e, finalmente, as religiosas. No seu conjunto, os conselhos

---

29 *Livro de Horas da Rainha D. Leonor, iluminado por Willem Vrelant*, c. 1450-1475 (Biblioteca Nacional de Portugal, Il. 165). O breviário encontra-se atualmente na Pierpont Morgan Library de Nova Iorque (Ms. M 52).

30 FRAZÃO, Maria Luísa. *A iluminura renascentista, op. cit.*, p. 57.

31 *The Hours of Mary of Burgundy. Codex Vindobonensis 1857. Vienna, Osterreichische Nationalbibliothek*, commentary by Eric Inglis, London, Harvey Miller, 1995 (imagem de abertura do livro).

destinados a princesas e mulheres nobres ocupam dois terços da obra[32], o que se entende antes de mais pelo facto de as mulheres da aristocracia, e em particular as rainhas, terem deveres políticos e sociais acrescidos. A elas competia dar o exemplo a todas as outras, e daí que Pizan enfatizasse a universalidade da sua obra, destinada a todas as mulheres de todos os estados e condições.

Das preocupações devocionais das rainhas, pelo menos de Leonor de Lencastre, fazia também parte da agenda o proselitismo religioso. É sabido que a rainha protegeu os congoleses que viveram em Lisboa, criados na proximidade do seu paço, no convento de S. Éloi, onde deviam ser educados na fé e nas letras, para poderem posteriormente voltar às suas terras de origem. À rainha se pode atribuir um papel de grande relevo na hospedagem, criação e educação desses africanos, cuja estadia decorreu sempre sob sua proteção [33]. No entanto, mais uma vez, tratava-se de uma ação concertada com o rei D. João II, seu marido, enquanto ele viveu, até outubro de 1495, e depois continuada no reinado do seu sucessor e irmão, D. Manuel I (1495-1521). A publicação da *Vita Christi*, embora financiada pela rainha, foi feita ainda em vida do rei, pelo que o prólogo se refere aos dois consortes, sublinhando a ação deste nas "partes etiópicas e da Guiné", e o trabalho de evangelização que empreendia. Em contrapartida, declara que a rainha, como dissemos, "mandou estampar e de fôrma fazer" a obra em português "com muita despesa de sua fazenda"[34].

O hábito de publicar livros religiosos que pudessem complementar a ação evangelizadora continuou por todo o reinado de D. Manuel, num esforço que hoje sabemos conduzir necessariamente ao fracasso, uma vez que seria duvidoso que os recém-evangelizados aprendessem tanto a doutrina como o português necessário à sua leitura. Em 1513, o rei ordenava um presente para o Preste João que incluía mil

32 RODRIGUES, Ana Maria S.A. *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 275.

33 SÁ, Isabel dos Guimarães. *De princesa a rainha velha. Leonor de Lencastre*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 115-119, 207-210.

34 *In:* SOUSA, Ivo Carneiro de. Prólogos e dedicatórias a D. Leonor. *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do* Renascimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 916-917.

cartilhas, doze catecismos, vinte *Flos Sanctorum*, trinta livros de vida dos mártires, todos em português. Pelas quantidades assinaladas, é óbvio que se tratava de livros impressos. E ainda um livro de horas pertencente ao rei (este obviamente manuscrito e iluminado), então na posse do seu guarda-roupa, Álvaro da Costa[35]. No entanto, a relação final dos objetos que integravam esse presente reporta uma quantidade muito superior de livros (1434 contra os 1065 anteriores), incluindo mais um livro de horas, desta vez enviado pela rainha D. Maria (1482-1519), segunda consorte do rei D. Manuel, à mulher do Preste João[36]. Outros exemplos se poderiam apontar, como a publicação de um livro de horas impresso em Paris em 1501, que parece ter tido o propósito de ser enviado a tão longínquas paragens, para uso dos etíopes[37].

A relação das rainhas com a cultura escrita não se circunscrevia ao âmbito privado da sua relação com o sagrado, materializado na leitura de obras devocionais, consagrando programas individuais de vida semelhante à das religiosas. Pelo contrário, estava sempre presente a sua intenção de contribuir para a espiritualidade colectiva, dando o exemplo a todas as mulheres. Por outro lado, não podemos obliterar o seu enquadramento em projetos políticos dos reis e príncipes, cujo exemplo mais marcante será a rainha D. Leonor de Lencastre, que não será, todavia, o único. Ou seja, não será demais presumir que a religiosidade de princesas e rainhas tinha consequências que iam muito para além de estimular a devoção de uma elite letrada de corte.

---

35 Cf. documentos publicados *In:* DIAS, Aida Fernandes. Um presente régio. *Humanitas*, vol. XLVII, p. 689-690, 698-699, 1995.

36 *Ibidem*, p. 702, 708.

37 Um dos revisores desse livro de horas, Luís Fernandes, era criado da casa da rainha D. Leonor. *Rezar em português. Horas de Nossa Senhora segundo costume Romano... Paris* Narcisse Brun, 13 de Fevereiro de 1500 [i. é 1501], ed. João José Alves Dias, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, vol. 1, p. 32-33.